

CARTA-ABERTA

REVISÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO DIRETOR DE SÃO PAULO: PACTUANDO AS REGRAS DO JOGO

Exmo. Senhor Bruno Covas
Prefeito do Município de São Paulo

Considerando a revisão participativa do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo (Lei 16.050/2014), prevista por lei para 2021 para fins de ajustes e seu aperfeiçoamento, é preciso reforçar que se trata de legislação municipal que apresenta singularidades, que inclusive foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das práticas mais inovadoras da Nova Agenda Urbana, alçando São Paulo a lugar de grande visibilidade em planejamento urbano.

A revisão deve ser amparada por diagnósticos dos impactos gerados pelo plano diretor vigente, estudos técnicos e análises sociais e econômicas bastante complexas e construída com ampla participação da sociedade, tanto no processo de elaboração, no executivo, quanto durante sua tramitação pelo legislativo.

As instituições que subscrevem esta carta entendem que o primeiro passo do diálogo entre governo, parlamento, judiciário e sociedade, com sua pluralidade de atores políticos e temas, deve ser a **pactuação das regras do jogo para que a revisão parcial do PDE seja de fato participativa e democrática**. Preocupação que também deve orientar a elaboração dos demais projetos e planos da política urbana que impactam diretamente o futuro da cidade.

Tal revisão deve expressar as vozes e demandas de toda a população sem privilegiar reivindicações de qualquer grupo, incluindo os setores econômicos ligados ao tema. Eventos recentes no Brasil e no mundo apontam para uma tentativa de ruptura com a democracia e enfraquecimento da participação social e vêm sendo criticados e combatidos publicamente pelo Sr. Prefeito. Neste contexto, vimos a público apresentar um conjunto de medidas necessárias para garantir a participação democrática não apenas ao Senhor Prefeito, mas também a toda população da cidade e demais autoridades relacionadas ao tema.

Certamente aprimoramentos e adaptações à nova realidade da cidade devem ser feitas, afinal nenhuma lei é perfeita e muito menos imune ao tempo. No entanto, não será pela janela legal prevista para produzir ajustes nessa legislação que se desvirtuarão seus princípios e objetivos. Estes, por sinal, devem vigorar até 2029. Ainda mais em um momento de aprofundamento das vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais que impactam de forma cruel a maior parte da população paulistana como decorrência da pandemia do novo coronavírus.

Assim, amparados não só na legislação do Plano, mas também na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e naquilo que rege a lei maior da nossa cidade, a Lei Orgânica do Município (LOM), especialmente sobre a prática democrática, a soberania e a participação popular, a transparência e o controle social e o respeito à autonomia e à independência de atuação das associações e movimentos populares, **recomendamos que o processo de revisão do PDE se estabeleça considerando, ao menos, as etapas descritas a seguir:**

ETAPA 01: PACTUANDO AS REGRAS DO JOGO

O primeiro passo deve ser estabelecer as etapas, o escopo de cada uma delas, as instâncias de participação mais adequadas, bem como os instrumentos e seus formatos.

Enquanto houver necessidade de isolamento social em virtude da pandemia as desigualdades de acesso à internet inviabilizam a realização de atividades participativas com igualdade de condições. Mais do que isso, a existência da pandemia e a necessidade de sobrevivência retiram de diversos cidadãos as condições básicas para participar de processos participativos. Abordar tal questão nesse momento é de fundamental importância e é o desejo da sociedade civil organizada.

Entendemos que, ao longo do processo, as seguintes premissas devem ser consideradas:

1. Entendemos que o C MPU é a instância mais adequada para pactuar as regras do jogo enquanto não há legislação específica, elaborando resolução disciplinando todo o processo participativo, estabelecendo as etapas, escopo, instâncias participativas, instrumentos, formatos e processos de verificação, e acompanhando todas as etapas por meio de reuniões periódicas. Em momentos específicos também devem ser consultados os Conselhos de Políticas Setoriais.
2. A lista de participantes de cada atividade realizada deverá ficar disponível publicamente e também no site Gestão Urbana, sempre em formato aberto.
3. Todos os documentos recebidos ao longo do processo (como estudos e propostas) devem ser tornados públicos de forma imediata (em formato de imagem do original e em formato aberto), garantindo a identificação do remetente.
4. Somente os documentos que forem submetidos dentro dos canais de comunicação estabelecidos nesta primeira etapa deverão ser considerados.

É desejável que seja promovida uma campanha de comunicação e formação de tal modo que a população possa ter acesso às informações e conhecimentos que serão necessários ao longo de todo processo de revisão.

ETAPA 02: ELABORANDO UMA ANÁLISE COLABORATIVA

Sem dados, evidências e uma boa análise não será possível aprimorar o Plano. Para tanto, deve ser elaborado e disponibilizado pela Prefeitura um **Diagnóstico da Implementação e dos Impactos do Plano Diretor**. Os insumos utilizados devem estar disponíveis com antecedência e em formato aberto, inclusive com a publicação das bases de dados completas utilizadas para os estudos.

Neste contexto, entendemos necessárias as seguintes atividades:

1. Disponibilização de **Formulários acessíveis à toda população**, para recepção de diagnósticos provenientes da sociedade civil (dados e estudos técnicos);
2. Realização de **Oficinas Temáticas** para debater o Diagnóstico.
3. As Oficinas devem ser formato de grupo de trabalho evitando-se o formato de audiência de modo a permitir que as discussões tenham a profundidade necessária;
4. Sugerimos que cada grupo faça o debate entre diferentes setores da sociedade e eleja prioridades a serem apresentadas ao final desse processo em Plenária.

Uma **versão consolidada do Diagnóstico** deve ser publicada ao final desse processo.

ETAPA 03: LEVANTANDO PROPOSTAS DE REVISÃO

O objetivo desta etapa deve ser levantar propostas e contribuições da sociedade. Para tanto, identificamos como necessário:

1. Realizar **Oficinas Regionais** de apresentação de propostas.
2. Disponibilizar um **Formulários acessíveis à toda população** para o envio de propostas.

As propostas apresentadas devem ser divulgadas publicamente assim como todos os estudos que as subsidiaram devem ser disponibilizadas em formato aberto e com todas as bases de dados utilizados para as análises - conforme premissas estabelecidas na primeira Etapa. Desta forma, ao final do

processo, com as propostas sistematizadas entende-se necessária a elaboração da 1ª Minuta de Projeto de Lei.

ETAPA 04: DEBATENDO A MINUTA DO PROJETO DE LEI DE REVISÃO

Juntamente com a divulgação, por diversos meios acessíveis à toda população, da **1ª Minuta do Projeto de Lei**, deve ser apresentada uma **devolutiva** sobre 1) quais as propostas do governo e, 2) quais propostas da sociedade foram incorporadas (totalmente ou parcialmente) e quais não foram, acompanhadas da respectiva justificativa técnica.

Para debater os conteúdos da 1ª Minuta consideramos que seja importante:

1. Realizar **Audiências Públicas**, sendo, ao menos, uma por Subprefeitura;
2. Disponibilizar a 1ª Minuta **em diversos meios acessíveis à toda a população** para a submissão de propostas;
3. Promover **diálogos abertos** com os segmentos da sociedade civil.

Tais propostas devem ser novamente sistematizadas para subsidiar a formulação da **Minuta Consolidada de Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor**.

Antes do envio da Minuta Consolidada para CMSP, sugere-se primeiro uma **reunião específica do CPMU** para que considerações sejam apresentadas de tal modo que possam ser juntadas aos documentos para posterior realização de **audiências públicas** devolutivas justificadas em relação às propostas apresentadas.

Senhor Prefeito, vivemos um momento difícil no início da gestão passada, em que um processo nada transparente de revisão da Lei de Zoneamento, que afetava diretamente o Plano Diretor, tentou se impor sobre nossa sociedade e que, justamente por não ter pactuado as regras do jogo, não ter respeitado as instâncias participativas e não ter sido baseada em estudos técnicos, não prosperou.

Hoje precisamos, mais do que antes, de um compromisso público e inequívoco da Prefeitura de São Paulo com políticas públicas baseadas em dados e evidências, que sejam disponibilizadas de tal modo que todos os setores de nossa sociedade possam participar em igualdade de condições, especialmente a população em situação de vulnerabilidade.

Neste contexto, a fusão da Secretaria Municipal de Urbanismo com a Secretaria de Licenciamento se apresenta como uma decisão arriscada, seus resultados podem comprometer o planejamento e gestão da política urbana em um momento decisivo para a cidade.

Trazemos elementos mínimos para uma gestão que tem compromisso com a cidade e a participação social de seus habitantes e pedimos que o Sr. Prefeito se envolva pessoalmente e garanta que esse processo seja exemplar.

Contamos com seu compromisso democrático para que a prefeitura e seu corpo técnico conduzam um processo com inequívoco compromisso de uma cidade melhor para toda a população!

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021

Favor utilizar o seguinte link de adesão:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScNNtHY7RD5QSVBXc3CeCrY1vZGQN6Z2Cx_vznHpDUggswl8g/viewform

Assinam essa carta:

1. IAB São Paulo - Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo
2. Fundação Tide Setubal
3. MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
4. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
5. Comissão de Direito Urbanístico da OABSP
6. Escola da Cidade_ Arquitetura e Urbanismo São Paulo
7. BrCidades
8. Instituto URBEM
9. Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
10. Instituto Polis
11. Central de Movimentos Populares
12. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1
13. Labcidade FAUUSP
14. Movimento Acredito
15. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
16. Ciclocidade
17. UNAS uniao de núcleos assoc dos m9r de Heliópolis e Regiao
18. LabHab - Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da USP
19. Instituto Corrida Amiga
20. MUHAB - Movimentos Unidos pela Habitação
21. Cidades Afetivas
22. Associação Teatro Oficina Uzyna Uzona
23. Rede Novos Parques
24. Cidadeapé – Associação pela Mobilidade a Pé em São Paulo
25. Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
26. Uneafro Brasil
27. Como Anda
28. Parque do Bixiga
29. Rede Nossa São Paulo
30. Tapera Taperá
31. Instituto Diplomacia para Democracia
32. ABAP -Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas
33. Rede Paulista de Educação Patrimonial- Repep
34. MOVIMENTO PELO DIREITO A MORADIA - MDM
35. ICOMOS São Paulo
36. Instituto Bixiga - Pesquisa, Formação e Cultura Popular
37. CEPROCIG centro de promoção resgate a cidadania Grajaú Paulo VI
38. Escola de Fé e Política Waldemar Rossi
39. Pastoral da Pessoa com Deficiência da Arquidiocese de São Paulo
40. Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste
41. Central Pró Moradia Suzanense
42. Movimento Habitacional e Ação Social
43. Associação A Vitória é Nossa
44. MDF - Movimento de Defesa do Favelado - Região Episcopal Belém
45. Genteboa Produções Artísticas e Culturais Ltda ME
46. Mstc Movimento Sem Teto do Centro
47. Rede Brasileira de Conselhos -RBdC
48. Brás de todo o mundo
49. Movimento Parque Chácara do Jóquei
50. Fórum de trabalho social na habitação - São Paulo

51. Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais
52. Representante de favelas do Conselho Gestor OUCAE
53. Associação de Apoio ao Adolescente e à Família Mundo Novo
54. Teatro do Incêndio
55. ONG Unidos Da Portela
56. Centro de Direitos Humanos de Sapopemba - CDHS
57. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção São Paulo (AGB/SP)
58. Família Solidária
59. Associação Novolhar
60. Associação de moradia Jardim casa Branca II e Adjacências
61. Associação de moradores Pantanal capela do Socorro
62. Mutirão Unidos Venceremos- Leste1
63. Associação de construção por mutirão Jardim celeste II
64. Instituto Casa da Cidade
65. Unificação das lutas de cortiços e moradia
66. Red Mulher e Habitat Americana e Caribe
67. CELESTE II
68. Associação dos movimentos de moradia
69. Associação dos cidadãos unidos da zona leste
70. Associação Viva Quitaúna
71. Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste
72. Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene
73. Associação dos Trabalhadores do Conjunto Residencial Vale das Flores
74. Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste
75. Instituto Tebas de Educação e Cultura
76. TETO Brasil
77. Garmic
78. Teatro da Vertigem
79. MOTIN - Movimento dos Teatros Independentes de São Paulo
80. Grupo Folias / Galpão do Folias
81. Fraternidade Leiga Charles de Foucauld do Brasil
82. Teatro Popular União e Olho Vivo
83. A Próxima Companhia
84. Bacharelado em Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC
85. Casa Teatro de Utopias
86. Cia. da Revista
87. Cooperativa Paulista de Teatro
88. Grupo redimunho de investigação teatral
89. Teatro Studio Heleny Guariba
90. Cia Elevador de Teatro Panorâmico
91. Instituto da Paisagem + História da Cultura
92. Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo
93. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU
94. Instituto de Promoção e Proteção de Direitos Humanos – IPPDH
95. Coletivo 28 Patas Furiosas
96. Movimento TICP Jaraguá Perus
97. Comunidade Cultural Quilombaque
98. Metrôpole 1:1
99. Instituto A Cidade Precisa de Você
100. Comissão Guarani Yvyrupa
101. Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene
102. Instituto Casa da Cidade
103. Instituto Tebas de Educação e Cultura
104. FAOS-SP (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, SOCIEDADE PROTETORAS DOS ANIMAIS E SINDICATO DE PROFISSIONAIS DA PROTEÇÃO ANIMAL DO ESTADO DE SÃO PAULO)

105. Engenho Teatral
106. Projeto Aves Limícolas
107. Ocupa Mãe
108. COMUNIDADE VILA UNIAO - GRAJAU - SP
109. Zanzalab
110. Comissão de moradores vila União
111. Associação Cultural Educacional e Assistencial Afro Brasileira Ogban
112. Conselho Participativo Municipal da Vila Mariana
113. Forum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes
114. Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de SP
115. Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo
116. Pastoral da Educação do regional Sul1 da CNBB
117. Frente de Evangélicos pelo Eat. de Direito.
118. Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana
119. Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo
120. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo
121. CBRE

(DIARIAMENTE IREMOS ATUALIZAR AS ASSINATURAS COM AS QUE ESTÃO NO FORMULÁRIO)